5º lugar

Contabilidade em Igrejas Evangélicas: Apascenta as Minhas Finanças?

Accounting in Evangelical Churches: Shepherd my Finances?

Artigo recebido em: 23/08/2024, aceito em: 25/10/2024

Igor dos Santos Conrado Ferreira

Niterói- RJ

Bacharel em Ciências Contábeis pela UFF¹

igorconradof@gmail.com

Geovane Camilo dos Santos

Niterói - UFF

Doutor em Ciências Contábeis pela UFF

geovane_camilo@yahoo.com.br

Vagner de Oliveira Magrini

Ituiutaba – MG

Doutor em Ciências Contábeis pela UFU²

vmagrini82@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetiva identificar o nível de utilização da contabilidade como ferramenta de gestão e transparência nas igrejas de denominação evangélica. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, entrevistando pastores e tesoureiros de igrejas evangélicas de diversas denominações no Estado do Rio de Janeiro. Os resultados evidenciam que a contabilidade tem sido utilizada como meio de prestação de contas para os membros e comunidade local pela maioria das igrejas pesquisadas, e que há necessidades de melhoria no controle patrimonial e na gestão financeira de algumas dessas igrejas, visto que controlam manualmente suas informações financeiras. O estudo é importante não só pela presença crescente de igrejas evangélicas no Estado, mas também por se aprofundar na realidade da gestão, oferecendo recomendações práticas para promoção de uma gestão financeira mais eficaz e ética,

1 UFF - Universidade Federal Fluminense - Niterói – RJ – CEP 24220-900.

2 UFU - Universidade Federal de Uberlândia - Santa Mônica, Uberlândia – MG - CEP 38408-100.

contribuindo, assim, para o avanço do conhecimento científico na área. Além disso, a pesquisa tem potencial de impactar profissionais da contabilidade, revelando novas oportunidades nas entidades sem fins lucrativos.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Gerencial; Controle Interno; Gestão Financeira; Prestação de Contas; Igreja; Terceiro Setor.

ABSTRACT

This study aims to identify the level of utilization of accounting as a management and transparency tool in evangelical denominations. To achieve this objective, a qualitative and descriptive research was conducted, interviewing pastors and treasurers from evangelical churches of various denominations in the state of Rio de Janeiro. The results show that accounting has been used as a means of accountability to members and the local community by most of the churches surveyed, and that there is a need for improvement in asset control and financial management in some churches, as they manually control their financial information. The study is important not only due to the growing presence of churches in the state but also for delving into the reality of management, offering practical recommendations for promoting more effective and ethical financial management, thereby contributing to the advancement of scientific knowledge in the field. Furthermore, the research has the potential to impact accounting professionals, revealing new opportunities in non-profit entities.

KEYWORDS: Managerial Accounting; Internal Control; Financial Management; Accountability; Church; Third Sector.

1. INTRODUÇÃO

A gestão financeira desempenha um papel relevante em qualquer organização, independentemente de seu caráter ou finalidade. Isso porque mediante uma gestão financeira adequada, com adoção de controles internos e relatórios contábeis, a organização atinge seus objetivos operacionais. Além disso, também há a redução de fraudes e erros (Njoga, 2022).

A estrutura atual da economia pode ser compreendida por três setores: o primeiro é o Estado; o segundo são as organizações com fins lucrativos, e o terceiro, as entidades sem fins lucrativos. O terceiro setor emerge como uma ponte entre o Estado e a sociedade, devido às ocasionais falhas deste em cumprir com suas obrigações sociais, com o propósito de promover ações e benefícios de natureza social (Kohut; Stroparo, 2022). A igreja é uma das entidades sem fins lucrativos, cujo papel é beneficente, psicológico e espiritual (Faria; Rego, 2014).

Apesar do Brasil ser um país predominante católico, entre 2000 e 2020, houve um crescimento de igrejas evangélicas em mais de 300% (Araújo, 2023). Estima-se que, em 2010, os evangélicos representavam 22% dos brasileiros, algo em torno de aproximadamente 42 milhões (Alves *et al.*, 2017). Atualmente, pesquisas sugerem que esta população, em 2022, já seja de cerca de 26% (Araújo, 2023). Segundo dados do Ipea (2021), existem no Brasil 101.539 estabelecimentos ativos de denominação evangélica, sendo que no estado do Rio de Janeiro, o número de templos religiosos evangélicos existentes é de 14.429. Nesse sentido, estudar as comunidades evangélicas torna-se relevante, visto que elas representam, praticamente, 13% do total de instituições do terceiro setor (Ipea, 2021).

Ressalta-se que por auferirem da contribuição dos fiéis como fonte de financiamento, as igrejas defrontam-se com desafios financeiros complexos para manter um fluxo de caixa saudável e continuarem atendendo aos objetivos pelos quais foram constituídas. Dentre alguns exemplos de dificuldades, citam-se: i) manutenção do templo; ii) organização do culto divino; iii) sustento de seminários; iv) apoio social a membros e comunidades carentes; e v) desenvolvimento de cursos profissionalizantes (Faria; Rego, 2014). Neste cenário, a tesouraria e o líder religioso têm um papel crucial na transparência das suas atividades financeiras, com a responsabilidade de realizar uma boa gestão financeira e alocar os recursos corretamente nos projetos relevantes, além de prestar contas dos fundos recebidos e das suas respectivas destinações (Christanti; Wibowo; Wijaya, 2023; Njoga, 2022).

A ausência de estudos anteriores sobre a gestão financeira e a transparência em igrejas evangélicas no estado do Rio de Janeiro torna essa pesquisa pioneira e contribui substancialmente para o avanço do conhecimento científico nessa área. Com isso, este estudo avança em relação aos anteriores, já que focaram em outros pontos, como: i) nível de controle interno (Christanti; Wibowo; Wijaya, 2023; Soares; Vicente; Lunkes, 2010; Sulaiman, 2007); ii) transparência e prestação de contas (Faria; Rego, 2014; Njoga, 2022; Tavares; Azevedo, 2022); iii) implantação de sistema de informação (Pau *et al.*, 2021); iv) divulgação contábil (Muskanan *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2017; Sousa *et al.*, 2022; Wibowo; Kristanto, 2018); e v) prestação de contas (Chaves, 2021).

Diante do exposto, a questão de pesquisa que se apresenta é: quais são os principais desafios enfrentados na aplicação da contabilidade como ferramenta de gestão financeira e transparência nas igrejas evangélicas? Por conseguinte, o presente estudo tem como objetivo identificar o nível de utilização da contabilidade como ferramenta de gestão e transparência nas igrejas de denominação evangélica. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, entrevistando 16 pastores e 4 tesoureiros de comunidades evangélicas de diversas denominações no Estado do Rio de Janeiro. O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, contendo 17 perguntas, que buscaram evidenciar o grau de gestão financeira, a aplicabilidade da contabilidade como ferramenta e o nível de transparência das informações ofertadas aos membros das igrejas evangélicas.

Em termos de contribuição prática, a pesquisa tem relevância para os profissionais da contabilidade e entidades sem fins lucrativos, já que traz a oportunidade de tornar conhecidas iniciativas de

organizações do terceiro setor, em particular as igrejas evangélicas, que fazem a gestão de seus negócios apoiando-se em critérios promovidos pela teoria contábil e financeira. Profissionalmente, os resultados da pesquisa podem revelar novas oportunidades de atuação nesse setor específico de entidades sem fins lucrativos. A partir destas informações, é possível compreender, com um olhar diferenciado, às demandas destas entidades e promover a valorização do profissional da contabilidade como um agente de transformação da gestão contábil. Por oferecer recomendações práticas que podem promover uma gestão financeira mais eficaz e ética, o estudo, também, pode contribuir com as organizações em questão e, potencialmente, servir como um exemplo para outras entidades sem fins lucrativos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Terceiro Setor é o conjunto de organizações que atuam na área de responsabilidade social sem fins lucrativos (Medrado *et al.*, 2018). Estas organizações visam preencher as lacunas nos serviços públicos que não são atendidos pelo Estado, funcionando como uma ponte entre o primeiro setor e o segundo setor (Faria; Rego, 2014; Rodrigues *et al.*, 2022).

Na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, as Organizações Não-Governamentais (ONG) surgiram com o objetivo de intervir com caráter assistencialista, visto que o mundo enfrentava diversos problemas sociais, e, inicialmente, estavam ligadas a grupos religiosos (Mañas; Medeiros, 2012). Portanto, as ONGs e demais entidades do terceiro setor, foram criadas com o objetivo de diminuir essas desigualdades, praticando ações filantrópicas e beneficentes, para suprir necessidades comunitárias que o Estado não conseguia atender (Kohut; Stroparo, 2022).

Dentre as organizações do terceiro setor, destaca-se as organizações religiosas, que são constituídas como pessoas jurídicas por indivíduos com o propósito de conduzir atividades focadas na prática da religião e na expressão da fé, frequentemente engajando-se em ações voltadas para o benefício coletivo (Pau *et al.*, 2021). Conforme previsto no artigo quinto, inciso VI da Constituição Federal, todos têm o direito de acreditar nas religiões que desejam, e de exercer as suas práticas religiosas sem nenhuma interferência do Estado. É responsabilidade do Estado proteger os locais de culto, como por exemplo igrejas e sinagogas, e garantir que os ritos sejam exercidos livremente (Brasil, 1988).

Conforme dados do estudo de Araújo (2023), consta nos registros da Receita Federal, que a primeira igreja evangélica constituída no Brasil foi a Primeira Igreja Batista de Nova Iguaçu/RJ, em 1922. Dentre a década de 20 e a década de 60, as igrejas evangélicas não possuíam um número expressivo de estabelecimentos. Um crescimento elevado é evidenciado a partir da década de 1980, sendo que a partir dos anos 2000 houve uma expansão expressiva. Para o desenvolvimento das atividades das igrejas evangélicas, a principal fonte de recursos está nos dízimos, nas ofertas e nas doações (Santos *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2017). Faria; Rego (2014) relatam que o dízimo é a forma tradicional de doação, correspondendo a décima parte dos ganhos dos fiéis. Contudo esse valor não é obrigatório, deixado a critério do fiel a decisão de quanto contribuir, de acordo com sua capacidade financeira e crenças pessoais.

Diante disso, a contabilidade na gestão de organizações religiosas se torna uma ferramenta importante para ajudar a controlar os dados financeiros e econômicos dessas entidades (Queiroz; Marques; Penha, 2018). Ela também ajuda na tomada de decisões importantes que são fundamentais para o sucesso desse tipo de organização. Dessa forma, a contabilidade mostra-se essencial na gestão dessas organizações, visando garantir o crescimento e o desenvolvimento dessas entidades organizacionais que ajudam a melhorar a sociedade (Queiroz; Marques; Penha, 2018).

Não obstante, para atender a legislação contábil, as entidades sem fins lucrativos precisam atender às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), particularmente a Instrução Técnica Geral 2002 (R1), que trata especificamente de Entidades Sem Fins Lucrativos. Ela estabelece todos os critérios e procedimentos específicos que devem ser analisados pelas entidades religiosas, como: reconhecimento das transações e variações patrimoniais, contas de compensação, estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas para divulgação em notas explicativas (CFC, 2015).

Silva et al. (2017) encontraram que as práticas contábeis adotadas pelas entidades religiosas do estado de Pernambuco não estão totalmente em conformidade com a ITG 2002. Muskanan et al. (2019) encontraram que há ausência de algumas informações nos relatórios da igreja ao não aplicar o padrão de contabilidade Indonésio (PSAK 45), visto que é mais relevante a nível de transparência que o modelo atual utilizado na igreja.

Para auxiliar os tomadores de decisões das organizações religiosas, podem ser utilizadas algumas técnicas contábeis. Segundo Santos (2017, p. 8), “o orçamento é uma ferramenta gerencial que auxilia os gestores no planejamento e acompanhamento da empresa em determinado período”. É correto afirmar que o orçamento oferece às entidades um conjunto valioso de informações para a gestão, uma vez que fornece uma visão da saúde financeira da organização, permitindo o planejamento de estratégias visando à melhoria de resultados (Kohut; Stroparo, 2022; Oliveira et al., 2023).

Outra ferramenta usada é o fluxo de caixa, que é um instrumento de controle benéfico nas organizações religiosas, uma vez que documenta todas as transações de entrada e saída de recursos, permitindo aos gestores uma visão abrangente das receitas e despesas ocorridas em períodos específicos e previsão de resultados futuros (Kohut; Stroparo, 2022; Silva et al., 2019). Já o planejamento estratégico desempenha um papel de orientação das estruturas eclesiais do século atual, capacitando líderes no alinhamento de uma direção com o propósito de cumprir os desígnios divinos na igreja e através dela. Esta ferramenta permite aos gestores anteciparem situações e identificar riscos, possibilitando a transformação de pontos fracos em oportunidades de aprimoramento (Kohut; Stroparo, 2022; Mulusa; Kiganane; Asienga, 2021).

Muitos gestores de igrejas acreditam que o livro caixa é suficiente para a contabilidade e desconhecem que ele não abrange muitas contas, pois se limita a demonstrar as contas de receitas e despesas, deixando de fora as contas patrimoniais. No entanto, o livro caixa é útil para o controle da entidade, e

é importante ressaltar que um controle mais rigoroso aumenta a credibilidade. Para atingir essa finalidade, é essencial um controle interno eficaz que previna desvios e desperdícios de recursos (Sulaiman, 2007; Verissimo et al., 2020).

Verissimo et al. (2020) encontraram que 72,5% das organizações religiosas mantêm escrituração contábil, sendo que o demonstrativo contábil mais elaborado é o fluxo de caixa. Kohut e Stroparo (2022) constataram que a maioria das organizações no Paraná usam ferramentas gerenciais na gestão de recursos e atividades. O orçamento foi evidenciado como a ferramenta gerencial mais utilizada.

Segundo Crepaldi (2012, p. 73), os objetivos dos controles internos de uma organização são: “i) a salvaguarda dos ativos; ii) refletir a situação atual da organização com dados e relatórios eficientes; iii) permite detectar erros e identificar fraudes; e iv) proporciona a transparência das informações pertinentes a operação da empresa”. É enfatizada a importância da utilização de ferramentas de controle financeiro nas organizações, destacando que essas ferramentas são elementos essenciais para uma gestão financeira eficaz. Além disso, elas representam uma fonte valiosa de informações para avaliar a saúde financeira da organização e seu desempenho financeiro (Israel; Menezes; Sousa, 2017). Controles internos deficientes ou ausentes são a possível razão para fraudes e apropriação indevida de fundos (Chaves, 2021; Sulaiman, 2007; Wibowo; Kristanto, 2018). Por isso, a implementação de controles é fundamental para melhorar a precisão das operações e identificar desvios em relação às expectativas, minimizando assim distorções significativas nos resultados (Njoga, 2022).

Considerando que o dinheiro é altamente vulnerável a fraudes, o controle interno relacionado aos desembolsos em dinheiro deve abranger aspectos críticos das práticas de gestão financeira (Wibowo; Kristanto, 2018). Tal visão também é analisada por Njoga (2022), que relata que um sistema eficaz de controle interno assegura que a administração de uma organização utilize os recursos financeiros de forma a proteger os interesses dos doadores e contribuintes. Outro ponto importante para evitar erros e fraudes é a segregação de funções e estabelecimento de políticas de controle para minimizar riscos, atribuindo a responsabilidade a indivíduos de acordo com suas funções (Njoga, 2022; Sulaiman, 2007).

É observado que a utilização de *softwares* facilita a adoção de práticas de controle adequadas, obtendo-se mais confiança nas informações geradas (Portulhak, 2014; Rodrigues Junior; Santos; Ishisaki, 2019). O uso eficiente destas ferramentas de controle também permite a análise das discrepâncias entre os resultados reais e as projeções, possibilitando a tomada de medidas corretivas para alinhar o desempenho contínuo da organização com seus objetivos de longo prazo (Christanti; Wibowo; Wijaya, 2023; Njoga, 2022).

Um aspecto relevante que pode influenciar o nível de controle interno dentro da organização religiosa é a divisão do “sagrado-secular”, este conceito exime de responsabilidade a organização religiosa e pode afetar a contabilidade e outras práticas de gestão (Christanti; Wibowo; Wijaya, 2023; Flesher; Flesher, 2022; Portulhak, 2014; Wibowo; Kristanto, 2018).

Sulaiman (2007) concluiu que as mesquitas estatais possuem um sistema de controle interno para proteger seus ativos.

Soares, Vicente e Lunkes (2010) constataram que as pequenas comunidades católicas de Florianópolis dispõem de controle interno adequado. Wibowo e Kristanto (2018) observaram que os membros da congregação entendem os controles internos como necessários, sendo que os dados qualitativos mostraram que as fontes acreditam que as finanças da igreja têm sido bem geridas. Njoga (2022) encontrou que o controle interno, o processamento de informações, a segregação de funções, e a transparência nas informações impactam positivamente o desempenho financeiro das igrejas.

Segundo Jorge (2020), a *accountability*, é essencial para a proteção da integridade burocrática e o funcionamento democrático. Na literatura brasileira está relacionada principalmente à responsabilidade e prestação de contas nas organizações, um caminho para gestores do Terceiro Setor demonstrarem seu desempenho às partes interessadas no sistema econômico e social. Como contrapartida às contribuições e voluntariado, é necessário que a organização seja transparente adotando práticas de governança corporativa (Christanti; Wibowo; Wijaya, 2023; Sousa *et al.*, 2022). Além da transparência outro fator importante na *accountability* é a legitimidade. É por meio desse fator que a organização assume internamente suas responsabilidades sobre o desenvolvimento da missão, metas e desempenho (Portulhak, 2014; Rodrigues *et al.*, 2013; Santos *et al.*, 2019).

A legitimidade relativa à *accountability* fornece uma série de instrumentos que permitem aos interessados verificar se os recursos financeiros foram utilizados de maneira apropriada, se a gestão de recursos e ativos ocorreu de forma eficaz, se a organização cumpre seus objetivos sociais com integridade, se alcança resultados econômico-financeiros positivos, se mantém transparência em suas atividades, e se possui um sistema eficaz de comunicação de suas práticas (Jorge, 2020; Santos, *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2019; Tavares e Azevedo, 2022).

Deste modo, é essencial que os fiéis percebam que os recursos estão sendo aplicados corretamente (Chaves, 2021). Logo, as ferramentas de controle interno e *accountability* aplicadas às organizações religiosas, aliadas a uma contabilidade como agente de apoio, pode otimizar a gestão financeira da organização, promovendo a continuidade de suas operações e a possibilidade de atingir seu objetivo espiritual.

Faria e Rego (2014) evidenciaram que tanto os paroquianos como o pároco concordaram que a transparência das finanças e a prestação de contas deixam os fiéis mais propensos para contribuir. Santos *et al.* (2019) concluíram que a gestão contábil possui relação com a captação de recursos, porém a atuação do profissional da contabilidade ainda é deficiente. Evidenciou-se que a transparência é essencial para os seus financiadores e comunidade, sendo indispensável a comunicação eficaz e divulgação dos trabalhos realizados para obter credibilidade. Silva *et al.* (2019) encontram que os respondentes consideram que a contabilidade é uma ferramenta promotora de *accountability*. É entendido que os demonstrativos financeiros devem ser apresentados a toda igreja em reuniões para obtenção de credibilidade.

Num estudo sobre a percepção dos membros de igrejas evangélicas em relação à gestão e *accountability*, Chaves (2021) verificou que 70% dos respondentes foram procedentes de igrejas Batistas, sendo 77% da região Nordeste. A maioria dos respondentes concordou ser importante a divulgação das

informações com clareza e relatou ausência de divulgação em canais de comunicação digital. Analisando a contabilidade e a informática como ferramentas de gestão e de prestação de contas em uma instituição religiosa, Rodrigues *et al.* (2022) concluíram que essas entidades apresentam práticas de *accountability*. Para os entrevistados, tais práticas influenciam a confiança pública, a reputação, a qualidade percebida e a intenção de doação. Tavares e Azevedo (2022) observaram que, à medida que a organização religiosa presta contas para a sua comunidade, a confiabilidade aumenta, o que contribui para a captação de recursos, com a implementação de tecnologia na obtenção da transparência. Christanti, Wibowo e Wijaya (2023) concluíram que os fiéis esperam que a transparência financeira seja pautada no comprometimento moral baseado na fé.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 CORPUS DA PESQUISA E COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e, para isso foi desenvolvido um roteiro com base em 17 perguntas para nortear a coleta de dados, que buscou entender como pastores e tesoureiros controlavam as finanças, o nível de utilização da contabilidade e como é tratado o assunto sobre transparência dentro da gestão.

Para selecionar o *corpus* de pesquisa, utilizou-se a técnica em bola de neve (*snowball*), que é uma forma de coletar dados partindo-se de um intermediário inicial para as indicações, e tais indicações criam ramificações de novos contatos, sendo utilizada com grupos de difícil acesso, cujo tema é sensível e são membros de uma população que não deseja se expor (Bockorni; Gomes, 2021). Com base nessa técnica chegou-se a 20 pastores e tesoureiros de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Foi realizado contato por telefone entre os meses de setembro a novembro de 2023, para coleta de dados. A realização das entrevistas deu-se por meio de videoconferências realizadas pelo *Google Meet*. Com a autorização previamente solicitada aos participantes, realizou-se a gravação das entrevistas no *Google Drive*.

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Para a transcrição de dados foi utilizada a plataforma *Reshape*, a partir do *upload* das gravações e posteriormente o *download* em arquivo *.docx*. Para a tabulação da transcrição foi utilizado o *software Microsoft Office Word e Microsoft Office Excel*. A análise foi desenvolvida por meio de interpretação dos pontos relatados por cada entrevistado.

Para a análise das questões abertas da entrevista, utilizou-se a análise de conteúdo que emprega métodos de análise de comunicação para compreender de forma crítica, examinando tanto os conteúdos explícitos quanto os implícitos, através das etapas de pré-análise, categorização por temas ou códigos e a subsequente interpretação dos resultados obtidos (Bardin, 2009).

Quadro 1 – Características dos Respondentes

RESPONDENTE	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	TIPO
1	Pastor	Ensino superior	Presbiteriana	Rio de Janeiro	Sede
2	Pastor	Ensino médio	Assembleia de Deus	Teresópolis	Sede
3	Pastor	Ensino superior	Sem denominação específica	Rio de Janeiro	Sede
4	Pastor	Ensino superior	Sem denominação específica	Nova Friburgo	Sede
5	Pastor	Ensino médio	Assembleia de Deus	Casimiro de Abreu	Sede
6	Pastor	Ensino médio	Sem denominação específica	Guapimirim	Sede
7	Tesoureiro	Ensino superior	Assembleia de Deus	Rio de Janeiro	Sede
8	Pastor	Ensino superior	Assembleia de Deus	Belford Roxo	Sede
9	Tesoureiro	Ensino superior	Sem denominação específica	Itaboraí	Sede
10	Pastor	Ensino superior	Assembleia de Deus	Rio de Janeiro	Congregação
11	Pastor	Pós-Graduado	Sem denominação específica	Rio de Janeiro	Sede
12	Pastor	Ensino superior	Assembleia de Deus	Rio de Janeiro	Sede
13	Pastor	Ensino médio	Sem denominação específica	Duque de Caxias	Sede
14	Pastor	Ensino superior	Assembleia de Deus	Piabetá	Sede
15	Tesoureiro	Ensino superior	Assembleia de Deus	Rio de Janeiro	Congregação
16	Pastor	Ensino superior	Sem denominação específica	Rio de Janeiro	Sede
17	Tesoureiro	Ensino médio	Sem denominação específica	Rio de Janeiro	Sede
18	Pastor	Ensino superior	Assembleia de Deus	Macaé	Sede
19	Pastor	Ensino superior	Assembleia de Deus	Rio de Janeiro	Congregação
20	Pastor	Ensino médio	Congregação Cristã do Brasil	Rio de Janeiro	Congregação

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

O **Quadro 1** evidencia as características dos respondentes, como a sua função e formação, e as características da igreja, como: denominação, município e tipo.

Verificou-se que os entrevistados são de igrejas de 10 municípios diferentes e 50% situam-se no município do Rio de Janeiro e são de Igrejas-Sede, que possuem ou não congregações. Verificou-se que 80% dos participantes são pastores e 65% possuem ensino superior. No que diz respeito ao tipo de denominação, 50% dos interrogados são pastores da Igreja Evangélica de denominação “Assembleia de Deus”, e 40% são relativos a igrejas evangélicas sem denominação específica.

4.2 GESTÃO E CONTROLE INTERNO

Com relação à definição das funções de Tesouraria e Conselho Fiscal, ambas são definidas no Estatuto Social da igreja, onde é evidenciado tanto a competência necessária como as atribuições. Conforme foi relatado, são eleitas por Assembleia Geral, onde é votado pela diretoria e pelos membros presentes, observando o caráter e as competências que são necessárias para exercer a função. Entre os entrevistados, 35% relataram que não há Conselho Fiscal, visto que não há essa obrigação legal, pois depende da estrutura administrativa e da previsão ou não em Estatuto, conforme pode ser observado pela fala do entrevistado 6: “...*Sim, tesouraria sim. Conselho fiscal ainda não...*”. Observou-se que dentre as igrejas que não têm Conselho Fiscal, a maioria foi constituída há menos de um ano, provavelmente por possuir poucos membros e podendo ser comum que não haja a quantidade necessária de fiéis com as competências necessárias para exercer tal cargo.

O Conselho Fiscal é importante para a igreja, visto que é responsável pela fiscalização da gestão do presidente e vice-presidente da organização e por revisar a prestação de contas elaborada pela Tesouraria (Portulhak, 2014). O Conselho Fiscal auxilia a governança, pois proporciona transparência às decisões administrativas dos gestores, e periodicamente emite um parecer com relatório para ser apresentado em Assembleia Geral (Santos *et al.*, 2019). A sua atuação é um inibidor de decisões prejudiciais, além de representar os membros, ao buscar a adequada gestão financeira da igreja (Chaves, 2021). Observa-se que quando não há uma atuação do Conselho Fiscal, pode-se ter um risco de ausência de transparência na prestação de contas e os membros passarem a ter menos confiança na gestão.

Alguns respondentes sinalizaram as competências esperadas dos participantes do Conselho Fiscal e da Tesouraria. A resposta do entrevistado 8 resume a percepção dos demais.

O princípio pelo qual nós utilizamos, não obstante ao princípio espiritual, por se tratar de uma igreja, mas um princípio de fidelidade, lealdade, honestidade. Obviamente, e um princípio também de conhecimento administrativo, daquilo que a gente chama de tesouro da casa do Senhor, que é o dinheiro...

Isso sugere que tanto na Tesouraria como no Conselho Fiscal, tais princípios são relevantes, o que levará a uma maior transparência na prestação de contas, gerando mais confiança dos membros ao ofertarem e entregarem o dízimo (Chaves, 2021). A transparência é essencial para a devida prestação de contas e a sustentabilidade financeira da organização religiosa. Tal fato também é observado por Faria e Rego (2014), pois identificaram que 100% dos fiéis concordaram com a importância da prestação de contas para obtenção de recursos.

Sobre o tópico “Organização de classificação de Receitas e Despesas”, buscou-se entender como se dá a gestão das classificações, onde evidenciou-se que 45% utilizam planilhas, 30% sistemas e 25% utilizam de registros manuais em livros e relatórios. O entrevistado 1 menciona: “*então nós temos uma planilha, dentro dessa planilha tem o nome das contas e ele vai alocando as despesas da igreja dentro daquelas contas já existentes*”. Observa-se que as igrejas buscam organizar as classificações para se ter um dado específico quanto ao histórico e ao fluxo de caixa. Porém, constatou-se que em uma das igrejas não existe controle interno, e que são somente organizados os documentos para encaminhar ao contador, e que ele dá continuidade aos registros.

A ausência de controle interno gera alguns riscos como: fraude, possibilidade de falha na tomada de decisão e consequentemente desperdício de recursos (Soares; Vicente; Lunkes, 2010). Sem um sistema eficaz de controle interno e a aplicação desses princípios, a probabilidade de falhas e a dificuldade em alcançar os objetivos estratégicos da igreja se tornam uma realidade latente (Njoga, 2022).

Com relação a dízimos e ofertas, existe a contagem após a coleta. Os diáconos e a tesouraria verificam as arrecadações em espécie e em conta e registram, em sua maioria, em um relatório físico com a assinatura. Verificou-se que poucos inserem as informações em sistemas informatizados. Observou-se que há um procedimento semelhante em todas as igrejas, tanto nas sedes como nas congregações, que pode ser sintetizado na fala do entrevistado 7.

O controle é feito com uma comissão, geralmente a gente pega um grupo de diáconos na ausência desse evangelista ou pastores, e são irmãos idôneos, conhecedores que tem o, como se diz, o prestígio na Igreja, ou a gente vê maturidade. E entra hoje na sala de contagem, quando é feito a arrecadação no culto de doação, é feito através, tanto diretamente quanto on-line. E esse grupo, no mínimo, que a gente coloca, são três pessoas para a comprovação das entradas.

Tal procedimento se torna eficiente como um controle interno, visto que há testemunhas na hora da arrecadação, validando assim a receita registrada. Posteriormente o valor registrado é conferido pelo tesoureiro, para assim ser incluído no sistema. A gestão financeira é um dos elementos chave para a sustentabilidade da organização (Israel; Menezes; Sousa, 2017). O dinheiro em espécie é altamente vulnerável a apropriações indevidas, logo a utilização deste controle

relacionado às entradas de recursos em dinheiro mostra-se essencial (Wibowo; Kristanto, 2018). E como integrante desta gestão, este controle aumenta a assertividade da informação, garantindo a integridade e responsabilização (Njoga, 2022).

Outro ponto importante é com relação ao exposto por alguns respondentes, que observaram as entradas de recursos em espécie reduzirem após 2020, conforme a fala do entrevistado 18: "...na verdade o que acontece, a gente tinha, você tem o gazofilácio na igreja e a gente tinha 90% das contribuições da igreja até 2015, até 2020 elas eram físicas, hoje 97% elas são digitais por causa do Pix...". Assim, conforme sinalizado pelo entrevistado 18, apenas 3% das contribuições da igreja são em espécie após 2020, com a criação do Pix como meio de transferência bancária. É importante ressaltar que tal mudança no modo de contribuição aumenta o controle da entrada de recursos na organização, visto que há mais segurança e rastreabilidade das transações.

Sobre a média de entradas mensais, apenas um entrevistado preferiu não opinar. Dentro do grupo analisado, as entradas mensais variam de R\$ 1.200,00 a R\$ 5.000,00 para igrejas iniciantes, e de R\$ 70.000,00 a R\$ 350.000,00 para igrejas maiores. Observou-se que as igrejas com arrecadação maior tendem a possuir uma gestão mais informatizada do que as menores.

A periodicidade de depósitos varia, 45% relatam ser mensal, 30% semanal e 25% um dia útil após o culto, podendo variar de acordo com o porte e volume de recebimentos em espécie. Algumas igrejas relatam que apenas 10% dos recursos entram em espécie, o que faz com que a periodicidade de depósito seja maior, ou às vezes é utilizada.

Em relação ao Registro e gerenciamento de bens, a maioria não possui esse registro em forma de inventário, sendo que 65% sabem o valor médio de quanto tem, ao passo que 35% não possuem sequer um controle básico, em planilhas. Verificou-se que as igrejas sabem como funcionam a gestão e o registro de bens, porém não aplicam, sendo uma das causas relatadas a falta de voluntários com a capacidade de realizar tais tarefas. Os entrevistados compreendem que os bens para uma gestão eficiente, devem ter uma etiqueta que referencie o bem ao seu registro no sistema ou em planilha.

Apenas uma igreja relatou que utiliza o *software* de gestão da igreja para inserir os bens e acompanhar as suas baixas, conforme resposta do entrevistado 18: "*tudo o que temos lá foi doação e no momento não estamos fazendo isso, não. A gente tem tudo registrado, mas aquela coisa mais, código de barra, registro, a gente ainda não tem, mas isso está dentro da nossa visão administrativa...*".

As ferramentas utilizadas atualmente nas igrejas têm sido mais sistemas de gestão e planilhas, verificando-se que os relatórios utilizados pela tesouraria são mais relacionados ao fluxo de caixa. O entrevistado 17 relata que são encaminhados os relatórios financeiros para a contabilidade e são retornados no período combinado, de forma mensal. Com o avanço da tecnologia, pode-se perceber que muitas igrejas adotaram tais ferramentas que podem ser utilizadas pelo computador e pelo celular no formato de aplicativo, que facilitam na gestão e no acompanhamento das informações, conforme é descrito pelo entrevistado 8: "*Nós temos um aplicativo...hoje em dia, por exemplo, eu, pelo celular, consigo acessar todo o relatório, aquilo que entra, aquilo que sai*". Christanti, Wibowo e Wijaya

(2023) relata que um dos pontos para que a organização tenha transparência é um sistema estruturado de registro financeiro.

Mesmo neste cenário, é evidenciado que há igrejas que ainda fazem tudo no modo tradicional, escrevendo em livro de anotações. No estudo de Rodrigues Junior, Santos e Ishisaki (2019), identificou-se que a organização estudada tinha dificuldades em identificar documentos e justificar valores, por ter a organização somente em uma única pasta. O desenvolvimento e implementação de sistemas financeiros e contábeis em entidades religiosas podem enfrentar desafios decorrentes da delicada distinção entre aspectos espirituais e não espirituais (Portulhak, 2014). Tal informação é também evidenciada no estudo de Wibowo e Kristanto (2018), onde verificou-se que os controles internos ainda não são considerados importantes e urgentes para a continuidade das igrejas em muitas delas, pois há uma cultura de resistência à sua adoção por ser considerada uma instituição sagrada. Essa ação conduz essas igrejas a fragilidades, como por exemplo a má gestão de recursos pela dependência do papel que pode ser alterado ou perdido. Dentro desta pesquisa evidenciou-se que um dos entrevistados ainda não possui contador, o que pode ser mais crítico para a gestão da organização.

A periodicidade dos registros em sua maioria é mensal e o entrevistado 1 relata como é esse procedimento:

Mensalmente o tesoureiro envia toda a movimentação de um mês, e tão logo o contador faz a contabilidade, faz os registros, ele passa para o contador e o contador apresenta na reunião da liderança, na reunião do conselho, que é o órgão gestor administrativo da igreja.

Logo, percebe-se que as igrejas buscam entregar de forma organizada as informações para a contabilidade. Evidencia-se que, em quase sua totalidade, as igrejas possuem contabilidade terceirizada, exceto o entrevistado 6, que não utiliza os serviços contábeis. Quanto ao pagamento de despesas pessoais de pastor ou membro, observou-se que em algumas igrejas (as maiores) os pastores recebem ajuda de custo e a remuneração prevista (prebenda), enquanto nas menores, isso ocorre com menor frequência.

É importante levar em consideração os parâmetros estatutários que norteiam a igreja, o que diz as sagradas escrituras e a própria doutrina de cada denominação, pois como foi verificado, cada igreja tem seu modo de tratar este assunto. E avaliou-se entre os pastores que sinalizaram receber ajuda de custo pelo pastoreio em tempo integral, que o mesmo não deve ser feito com usurpação. Verificou-se que quando há pastoreio em tempo integral, a tendência é que haja essa ajuda de custo de pagamento de aluguel ou como prebenda, assim como também pode ser visto na fala do entrevistado 18: "*a gente paga o aluguel de obreiros, de dois obreiros, três obreiros que vivem no Ministério Integral para a igreja*".

Acerca do pagamento de despesas de membros, é importante destacar que a maioria dos entrevistados relatou que nas igrejas existe um ministério de ação social ou ministério de "diaconia", que levanta recursos com os demais membros de acordo com a necessidade identificada. São grupos de "irmãos" que quando alguma necessidade é levantada, seja por membro

da igreja ou da comunidade local, exercem o amor ao próximo suprindo as suas necessidades básicas, como: alimento, gás, energia elétrica e água.

O planejamento orçamentário em uma igreja é fundamental para garantir a estabilidade financeira e o cumprimento dos objetivos da comunidade religiosa (Santos, 2017). Observou-se que 75% dos entrevistados possuem um planejamento orçamentário básico, com as despesas que são previstas para o ano seguinte, mas sem prever uma receita de ofertas e dízimos, pois há uma variação mensal relatada pelos entrevistados. Já 25% não possuem nenhum planejamento orçamentário. A principal razão relatada é que hoje o membro pode ser dizimista e mês que vem talvez não, pois não é uma imposição: o membro dá segundo o desejo do seu coração, com alegria. O entrevistado 11 relata que: “*Não tem como ter esse planejamento não, até porque a igreja é sem fins lucrativos, e você não é como uma empresa, que você tem metas e etc...*”. Acerca do planejamento orçamentário de despesas, o entrevistado 8 explicou que as despesas não podem ultrapassar além do teto estabelecido para não causar um desequilíbrio financeiro que pode culminar num déficit no exercício, prejudicando o planejamento estratégico da igreja.

Fé é uma coisa, delírio é outra coisa. Claro que a gente, como pastores, não vamos trabalhar somente com o recurso que nós temos. Eu acredito que nós colocamos os pés e Deus coloca o chão, mas eu também preciso trabalhar muito com o equilíbrio dentro daquilo pelo qual se estabelece. Se a igreja tem um teto X, eu não vou gastar 2X dentro daquilo que me estabelece ser gasto, porque a igreja não tem ajuda do governo, da prefeitura, do público, a igreja conta com os fiéis que Deus tem levantado na terra para ajudar a igreja.

Queiroz, Marques e Penha (2018), corroborando com um estudo sobre a utilização da contabilidade no apoio à gestão em instituições religiosas, detectaram em sua pesquisa, dentre as ferramentas gerenciais analisadas, que a segunda mais utilizada pelas instituições religiosas é planejamento orçamentário. Silva, Galegale, Marion (2018) em sua pesquisa em instituições eclesiais, verificaram que a maioria (51,79%) possui um sistema para organização orçamentária, com um ciclo orçamentário anual e 60,71% veem como extremamente importante o investimento em ferramentas como sistemas para visualização de relatórios em tempo real. Njoga (2022) destaca que a utilização de controles orçamentários está correlacionada com o bom desempenho da organização, a eficiência de monitoramento e o aumento da responsabilidade financeira. Logo, vê-se que tais controles são importantes para compreender qual departamento tem consumido mais recursos e para gerir eficientemente os dízimos e as ofertas, visando a continuidade da igreja como entidade sem fins lucrativos, visto que é necessário que haja superávit para a ampliação de novos projetos.

Sobre o tópico de indicadores financeiros, evidenciou-se em conversa com os entrevistados que 90% não utilizam esses indicadores para mensurar a saúde financeira da igreja.

Alguns relataram que utilizam o fluxo de caixa como indicador e o entrevistado 18 evidenciou como é feito na igreja na qual é pastor. O entrevistado 5 também relata que utilizam gráficos nas 16 congregações do campo ao qual a igreja é a sede, para comparação da evolução dos relatórios e controle de crescimento de despesas, mas ele é emitido de forma anual, conforme a sua resposta: “*tem um gráfico que é emitido anualmente com aquelas subidas e descidas do gráfico da respectiva congregação. Então a partir daí a gente pode fazer a média com os relatórios, que acontece mensalmente*”.

4.3 UTILIZAÇÃO E COMPREENSÃO DA CONTABILIDADE

Conforme observado nas respostas, 45% dos entrevistados possuem um conhecimento intermediário, e muitos deixam para a tesouraria acompanhar e compreender melhor essas informações. Observou-se que três dos entrevistados possuem curso técnico em contabilidade ou superior em Ciências Contábeis, e isso se torna um diferencial para entender de forma mais ampla as informações que a contabilidade proporciona.

Alguns respondentes relataram conhecimento básico de contabilidade. Para eles, as informações mais utilizadas são referentes ao fluxo de caixa no dia a dia, balancete e balanço patrimonial para fins de prestação de contas. No caso do entrevistado 14, é observado que por ser de uma igreja com muitas filiais, o controle e gestão são mais utilizados para o acompanhamento mensal e anual.

Eu tenho conhecimento praticamente de 100%, porque a gente acompanha todo o desenvolvimento financeiro da igreja. Nós temos 17, são 17 igrejas contando com a sede, uma matriz mais 16 filiais, e as 16 filiais prestam contas... Faço acompanhamento do balanço, saída, entrada, saldo que nós temos...

Sobre as informações geradas na contabilidade, 40% não a utilizam na tomada de decisões, talvez por não ter a orientação e a informação necessária por parte da contabilidade. Isso pode refletir que há uma lacuna na qual o contador pode atuar mais ativamente como parceiro estratégico do líder religioso para orientar as melhores práticas, e apoiar as tomadas de decisões necessárias para a continuidade da missão eclesial.

Na visão de alguns dos pastores e tesoureiros, a contabilidade faz a prestação de contas para a Receita Federal, o que é um ponto a observar no que diz respeito a essas entidades, visto que são sem fins lucrativos. Talvez, a percepção quanto a utilização das informações contábeis esteja equivocada com relação às demais organizações com fins lucrativos. Na visão do entrevistado 16, como a igreja é isenta, o acompanhamento da contabilidade é anual: “*...de tempo em tempo, anual, na verdade, ele emite para nós uma documentação junto à Receita Federal...*”. Outros respondentes mencionam que a transparência deve ser adotada para informar os fiéis a destinação dos recursos. Logo, a preocupação de divulgar além do Fisco, apenas como cumprimento da norma, como também para os membros e sociedade como um todo,

gera igrejas mais saudáveis. Tal pensamento corrobora com o apresentado no estudo de Faria e Rego (2014), onde buscou-se encontrar tais dados relativos à uma igreja católica.

Sobre a periodicidade dos registros, quase todos relatam que mensalmente realizam o envio à contabilidade, e que é feita externamente, exceto em duas igrejas, uma que ainda não tem esse suporte e uma outra que relatou apenas enviar a documentação anual para os devidos registros. Esse resultado corrobora com o que foi relatado acima acerca do entendimento do contador apenas como responsável pela prestação de contas da Receita Federal.

4.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

A prestação de contas é evidenciada como um fator importante no ponto de vista dos entrevistados. No que diz respeito à forma de se realizar, 5% fazem trimestralmente em reunião de ministério, 5% semestralmente e 40% anualmente em um culto denominado administrativo, ou Assembleia Geral. Alguns entrevistados relatam que para os dizimistas que quiserem acessar tais informações, há um canal aberto com o tesoureiro responsável para tirar eventuais dúvidas, além de ser disponibilizado o relatório de fluxo de caixa resumido e as demonstrações contábeis para consulta, conforme explica o entrevistado 18: *“então não vira nem um show pirotécnico e nem uma porta blindada. Qualquer pessoa que quiser, o tesoureiro está lá disponível, o relatório fica na mesa, ele tranca quando sai, mas qualquer membro pode pedir”*.

Verificou-se que 50% dos respondentes não realizam diretamente uma prestação de contas aos membros da administração dos recursos e gastos anuais. Tais pastores relataram que essa informação pode gerar um problema, quando a igreja se localiza próximo de área de risco, conforme explica o entrevistado 16.

A gente não tem ainda prestação de conta. Temos, sim, na verdade, por um número menor. Não para todos os membros, porque a gente incorre em um risco por estar próximo de comunidade de lançar, por exemplo, dizer 40 mil para uma igreja do tamanho do porte da nossa. Cria-se uma expectativa e riscos para as pessoas que estão envolvidas. Então, a gente faz com pequenos grupos, a liderança que está mais próxima da gente e informa esse valor e as projeções para aquilo que a gente pretende fazer.

Assim, ao realizar a prestação de contas, a igreja busca ser transparente para com seus membros, gerando mais confiança e continuidade nas ofertas e dízimos. Oliveira *et al.* (2023) em seu estudo observaram nas organizações sem fins lucrativos analisadas que há um foco em ações que direcionam à transparência em sua gestão financeira, especialmente em atendimento a legislações, fornecimento de acesso à relatórios financeiros e atuação seguindo normas específicas da

contabilidade do terceiro setor.

Tal informação também pode ser observada no estudo de Santos *et al.* (2019), que relata que 98% das organizações prestam contas de suas receitas e despesas, gerando transparência e segurança, dentre as organizações a maioria presta contas mensalmente ou anualmente. Tavares e Azevedo (2022), em seu estudo em uma igreja católica, apontam que 94,3% dos fiéis entrevistados concordam que a prestação de contas é importante para a gestão da organização e 75,8% das organizações religiosas prestam contas frequentemente de seus recursos. Chaves (2021) verificou em seu estudo que, no ponto de vista de membros de igrejas evangélicas, 69,6% afirmam que a igreja em que congregam é uma entidade transparente em relação à gestão de recursos e respectivos resultados, e que 45,9% deixariam de contribuir, se a igreja atuasse sem transparência com uma má gestão de recursos.

Em contrapartida, conforme relatam alguns entrevistados, é necessário que os membros também busquem saber mais sobre o andamento anual da igreja, a fim de acompanhar a gestão do seu pastor. Tal ponto encontra-se também no estudo de Faria e Rego (2014), onde 12% dos fiéis entrevistados não buscaram conhecer as informações financeiras semestralmente e 40% tiveram dúvidas se realmente buscaram tais informações. Conforme o estudo de Chaves (2021), 67,5% têm acesso aos dados financeiros da igreja e de alguma forma participam de reuniões que escolhem a destinação dos recursos financeiros. Verifica-se que evidenciar as demonstrações contábeis na prestação de contas em Assembleia Geral gera essa transparência, por se tratar de uma validação das informações financeiras.

Buscou-se compreender, por fim, qual é a atuação do Conselho Fiscal das igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro, visto que esse órgão representa os interesses dos membros e que atesta as ações realizadas pelo pastor e pelo tesoureiro. Para os entrevistados, o Conselho Fiscal tem o papel de avaliar as informações da tesouraria, relatórios e documentação comprobatória de transações. É evidenciado que 25% das igrejas entrevistadas não possuem Conselho Fiscal. Esse é um fator de risco, pois esse tem a função de apoiar a observância de pontos importantes para uma transparência e uma prestação de contas mais assertiva.

Quanto à periodicidade, 50% dos entrevistados fazem a revisão de forma mensal ou trimestral, para evitar acúmulo de informações a serem analisadas, enquanto que uma minoria não tem um prazo estabelecido para tal avaliação. Corroborando com o identificado, resultados do estudo de Santos *et al.* (2019), evidenciaram que a prestação de contas, em sua maioria, ocorrem mensalmente e anualmente. No estudo de Portulhak (2014), evidenciou-se que anualmente, é realizada uma reunião ordinária para aprovação de contas do ano anterior. O observado nas entrevistas realizadas diferencia-se do estudo de Queiroz, Marques e Penha (2018), em que constataram que a utilização das análises da contabilidade é na maior parte feita anualmente. No estudo de Njoga (2022), verificou-se também que a frequência de revisão das contas, em sua maioria, é realizada anualmente, seguido de semestralmente. Tais informações evidenciam que ainda há um longo caminho a ser percorrido, quanto à atuação do Conselho Fiscal, como a voz dos membros para análise e acompanhamento das finanças da igreja.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou identificar os principais desafios na utilização da contabilidade como ferramenta de gestão e transparência nas igrejas do estado do Rio de Janeiro. Quanto à gestão patrimonial, foi evidenciado que há a necessidade de melhoria, visto que muitas igrejas não possuem tal controle, onde a contabilidade poderia atuar no suporte e geração de relatórios de bens e depreciação patrimonial.

No que diz respeito à gestão financeira, grande parte das igrejas possui uma boa organização, utilizando-se de sistemas de gestão financeira ou planilhas, além de organizar e controlar a entrada de dízimos e ofertas com responsabilidade, onde a contagem e registro é feita por dois ou mais “obreiros”, assegurando a integridade dos recursos obtidos. Tal fato gera maior probabilidade de uma prestação de contas mais transparente aos membros e comunidade local. Verificou-se que há possibilidades de melhorias na gestão financeira, pois existem igrejas que fazem a sua gestão manualmente, sem a utilização de planilhas ou sistemas de informação. Com relação ao nível de conhecimento e utilização das informações da contabilidade, verificou-se que há espaço para melhoramentos, uma vez que grande parte dos entrevistados apresentou um conhecimento básico dos demonstrativos contábeis. Observou-se que o nível de utilização das informações da contabilidade é dedicado à prestação de contas do pastor e tesouraria aos membros em Assembleia Geral, realizada geralmente de forma anual.

Parte dos entrevistados relatou que as igrejas buscam ser transparentes em suas ações. Porém, foi possível perceber um receio em tornar público os dados financeiros da igreja, devido à preocupação com a segurança dos pastores e tesoureiros. Mesmo com esta limitação, parte das instituições entrevistadas

disponibiliza aos membros as informações relacionadas aos demonstrativos contábeis e alguns pastores afirmaram que os membros, em sua maior parte, não buscam estar informados quanto a administração da igreja à qual congrega, pelo grau de confiança que os fiéis têm no ministério.

Observa-se como necessária a atuação do Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador da administração, a fim de atestar que as igrejas evangélicas estão adotando práticas financeiras adequadas. A partir destas informações é possível compreender, com um olhar diferenciado, as demandas destas entidades religiosas, que se diferenciam das demais entidades do Terceiro Setor, em estrutura e gestão. Por isso, o contador deve possuir as habilidades necessárias para ser um parceiro estratégico das igrejas evangélicas, tanto na orientação, quanto na organização das informações financeiras, como também no apoio à prestação de contas por parte da administração da igreja.

A presente pesquisa tem relevância para a academia, entidades sem fins lucrativos e profissionais da contabilidade. Os resultados da pesquisa podem impactar a atuação dos profissionais da contabilidade, revelando oportunidades de atuação num setor específico de entidades sem fins lucrativos, no caso as igrejas evangélicas. O estudo também tem implicação com as organizações em questão servindo como um exemplo para outras entidades sem fins lucrativos. A ausência de estudos anteriores sobre a gestão financeira e a transparência em igrejas evangélicas no estado do Rio de Janeiro torna esta pesquisa pioneira e contribui para o avanço do conhecimento científico na área. Estudos posteriores podem ampliar o número de entrevistados, abranger uma quantidade maior de denominações religiosas ou realizar uma pesquisa em maior escala por meio de questionários em outros estados e municípios.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. *et al.* Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 215, 8 ago. 2017.
- ARAÚJO, V. Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Políticas públicas, cidades e desigualdades**, v. 20, p.1-35, 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2009.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, 22 jun. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- CHAVES, A. M. A gestão e accountability: um estudo sobre a percepção dos membros de igrejas evangélicas. **ConTexto**, v. 21, n. 48, p. 16-30, 2021.
- CHRISTANTI, R.; WIBOWO, W. S.; WIJAYA, Y. Perceptions of church financial transparency: ethical-theological analysis and financial accountability. **Evangelikal: Jurnal Teologi Injili dan Pembinaan Warga Jemaat**, v. 7, n. 1, p. 35, 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC ITG 2002 (R1)**. Entidades sem finalidade de lucros. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. FARIA, J. A. DE; REGO, A. L. DA S. Transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia Senhor do Bonfim. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, v. 4, n. 1, p. 267–300, 2014.

FLESHER, T. K.; FLESHER, D. L. Accounting, greed, and beliefs in a nineteenth century communal religious society. **Accounting History**, v. 27, n. 2, p. 259–276, 2022. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das organizações da sociedade civil**. São Paulo: IPEA, 2021.

ISRAEL, S. M. B.; MENEZES, H. A.; SOUSA, R. G. DE. Gestão do Terceiro Setor: configurações e demandas do planejamento e controle financeiro. In: SIMPCONT, 2., Recife, 2017. **Anais...**, Recife: UFRPE, 2017.

JORGE, F. D. S. **Fatores determinantes da accountability no Terceiro Setor**. 2020. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

KOHUT, F. A.; STROPARO, T. R. Utilização de ferramentas gerenciais da contabilidade nas entidades do Terceiro Setor: um estudo em fundações do estado do Paraná. **Boletim de Conjuntura**, v. 12, n. 35, p. 44-58, 2022.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. DE. Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15–29, 2012.

MEDRADO, M. L. S. *et al.* Determinantes da qualidade percebida e da satisfação com os serviços de contabilidade no terceiro setor: um estudo nas igrejas evangélicas em Juazeiro -BA. **Revista Opera**, v. 8, n. 1, 2018.

MULUSA, G. K.; KIGANANE, L. M.; ASIENGA, I. Influence of income generating activities on financial sustainability of churches: case of compassion international church partners in Kenya. **Journal of Social Sciences, Business and Technology**, v. 2, n. 1, 2021.

MUSKANAN, M. W. *et al.* Accounting standards in church financial management: "bring financial practice and theology more intimately intertwined". **Humanities & Social Sciences Reviews**, v. 7, n. 6, p. 1182–1196, 2020.

NJOGA, K. J. **Internal financial controls and the performance of religious organizations: a case of selected Protestant churches in Tharaka-Nithi county, Kenya**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) - Kenyatta University, 2022.

OLIVEIRA, M. K. D. *et al.* Transparência, estrutura organizacional e instrumentos de sistemas de controle gerencial na gestão de entidades do terceiro setor. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 22, n. 42, p. 190–213, 2023.

PAU, S. P. N. *et al.* Accounting information systems for financial management in religious non-profit organizations of the church. **Journal of Universal Studies**, v. 1, n. 12, p. 1544-1555, 2021. PORTULHAK, H. Controle gerencial em organizações eclesiais: planejamento e controle orçamentário em uma igreja católica no estado do Paraná. **Revista Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2014.

QUEIROZ, L. R. S.; MARQUES, M. A. N. C.; PENHA, R. S. Instituições religiosas: uma análise sobre a utilização da contabilidade no apoio a gestão. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 17, n. 33, p. 19-33, 2018.

RODRIGUES, A. D. S. *et al.* O efeito da adoção do *accountability* no contexto das organizações sem fins lucrativos: um experimento no Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 3, p. 278–299, 2022.

RODRIGUES JUNIOR, R.; SANTOS, J. C.; ISHISAKI, N. A contabilidade e a informática como ferramentas de gestão e de prestação de contas em uma instituição religiosa no município de Taubaté (SP). **Revista H-TEC Humanidade e Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 145-163, 2019.

SANTOS, D. H. M. DOS. **Fé & contabilidade: estudo sobre a institucionalização do orçamento em uma instituição religiosa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro Universitário Álvares Penteado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 2017.

SANTOS, I. C. *et al.* A contabilidade como instrumento de transparência nas entidades do Terceiro Setor. **Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 2, p. 58-83, 2019. SANTOS, L. B. *et al.* Governança nas organizações religiosas: relato de uma pesquisa. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 7, n. 31, p. 35-59, 2019.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 6, p. 1301–1325, 2010. SILVA, P. *et al.* Práticas contábeis adotadas por entidades do Terceiro Setor: uma análise

junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da ITG 2002. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 123–139, 2017. SILVA, T. S. *et al.* O uso da contabilidade como objeto de transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso em igrejas batistas de Feira de Santana. **Revista Terceiro Setor & Gestao - UNG-Se**, v. 13, n. 1, p. 17-41, 2019.

SOARES, L. L.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Controles internos em pequenas comunidades católicas de Florianópolis. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 3, 2010. SOUSA, M. A. B. *et al.* Contabilidade aplicada à organização religiosa: um estudo em uma paróquia e na cúria diocesana. **Administração de empresas em Revistas**, v. 4, n. 30, p. 76-98, 2022.

SULAIMAN, M. The internal control procedures of mosques in Malaysia. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 2, 2007.

TAVARES, M. A. C.; AZEVEDO, T. C. Práticas de prestação de contas como instrumento de transparência no terceiro setor: um estudo de caso. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 19. 2022. **Anais São Paulo: USP**, 2022.

VERISSIMO, M. A. C. *et al.* A contabilidade como ferramenta de disclosure para as organizações religiosas. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 8, n. 35, p. 73-90, 2020. WIBOWO, E. A.; KRISTANTO, H. Persepsi anggota gereja atas pengendalian internal. **Gema Teologika**, v. 3, n. 1, p. 53, 25 abr. 2018.